

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.900 - MG (2019/0198989-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : GERALDO ANTONIO FERRANTE  
**ADVOGADOS** : BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - SP226496  
FELIPE GRADIM PIMENTA - SP308606  
THALLES GUIMARAES BRAGA - MG162364  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : SERVIO TULIO DE BARCELOS - MG044698  
JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MG079757  
FABIANA VANESSA DE FARIA - MG120534  
NAYARA SANTANA PEREIRA - MG150393

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por GERALDO ANTÔNIO FERRANTE, que discute a interrupção do prazo prescricional para o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto pelo Ministério Público.

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REsp 1.774.204/RS e 1.801.615/SP delimitado o Tema 1.033 dos Recursos Especiais Repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

*PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CADERNETAS DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SOLUÇÃO CONCENTRADA E VINCULANTE. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DE TESE.*

*1. Delimitação da controvérsia, para os efeitos dos arts. 927 e 1.036 do CPC, acerca do seguinte tema: "Interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas".*

*2. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.*

*(ProAfR no REsp 1801615/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 15/10/2019, DJe 30/10/2019)*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do

# *Superior Tribunal de Justiça*

RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumpre destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília/DF, 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator